

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

R. C. A. dos S.; M. E. R. N.

Universidade Federal da Paraíba – UFPB marciaemiliaufpb@Yahoo.com.br

Resumo: Este estudo discute a contribuição do Serviço Social para a educação inclusiva, observando como se manifesta na prática as normativas que determinam a inserção do aluno com deficiência na escola regular de ensino e os referenciais que pautam a atuação do assistente social nesse processo. A metodologia utilizada atribuiu o caráter qualitativo ao trabalho, fundamentado na literatura crítica relacionada ao tema, caracterizando-se metodologicamente a pesquisa como de natureza bibliográfica e documental e tendo como referência empírica uma das escolas municipais da capital paraibana, por esta atender um número expressivo de crianças com deficiência. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços normativos alcançados em função das pessoas com deficiência, desvelou-se um cenário escolar precarizado, com poucos recursos financeiros e quadro funcional incompleto, bem como se identificou um quadro socialmente complexo em face da dupla conjugação: deficiência e pobreza e das poucas medidas sociais voltadas para seu enfrentamento. Em termos conclusivos, apreendeu-se que as prescrições legais para a educação inclusiva, em muitos aspectos, expressam-se apenas como meras formalidades, o que coloca para os assistentes sociais e demais profissionais envolvidos enormes desafios, inclusive no sentido da necessária preparação para o atendimento dessa demanda de cariz civilizatório.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Pessoa com Deficiência, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a educação inclusiva de alunos com deficiência, objetivando analisar a contribuição do Serviço Social no processo de desenvolvimento dessa perspectiva educacional democrática, considerando que a função desse profissional, nos processos sócio-institucionais e sócio-culturais no âmbito escolar e familiar, se presta ao reconhecimento e à socialização dos direitos sociais desse público.

A definição por esse objeto decorreu dos questionamentos levantados durante o estágio curricular do Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, desenvolvido em uma das escolas municipais da cidade de João Pessoa - PB, quando se observou as dificuldades gestoras, técnicas e operacionais da educação inclusiva, em parte devido à leniência com que são tratadas as medidas de natureza social, notadamente aquelas destinadas aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora.

Nesse espaço escolar, a preocupação com a prática inclusiva se manifestava em razão das condições institucionais, estrutural, financeira e funcional para a especificidade da demanda não se encontrarem - assim como nas demais unidades escolares municipais -, adequadamente preparadas para tal atendimento, sequer para as tradicionais as prestações escolares, agravadas em tempos de precarização dos serviços públicos.

Além dessas dificuldades, também se apresentou como relevante o desafio de se lidar com a formalização de um avanço social importante, em que pesem as exíguas condições de atendimento,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

considerando a trajetória histórica de preconceitos e interdições para se construir a inserção das pessoas com deficiência nos mais diferentes domínios da sociedade, sendo mantidas longe do ambiente escolar ou enveredando-se por uma lenta escolarização que ainda segue permeada por dificuldades de ordem diversas.

Examina-se a construção da prática do Serviço Social nesse âmbito educacional, pautada no posicionamento crítico e no compromisso assumido pela categoria para com a classe trabalhadora, em defesa das garantias sociais, entre as quais a da educação inclusiva, intervenção mais recente da categoria e que se ressentiu de estudos continuados.

Metodologia

Este estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido entre 2017 e 2018, fundamenta-se na perspectiva histórico-crítica que possibilitou a apreensão aproximada do real, a partir da articulação de um conjunto de estratégias e procedimentos materiais que serviram de base para referenciar esta análise, como a pesquisa bibliográfica e documental a respeito da condição da deficiência enquanto fenômeno social e suas demandas educacionais, dimensionando as construções explicativas e as condutas sociais efetivadas e/ou em construção no âmbito da educação inclusiva.

Os materiais que serviram de base para referenciar esta análise provêm das normativas concertadas internacionalmente e das legislações produzidas pela União e pelo município, e que veem proporcionando novo curso às questões relacionadas à educação inclusiva, bem como se recorreu à documentação de referência do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Também se fez uso da documentação institucional disponibilizada pela unidade escolar, especialmente a produção vinculada ao Setor do Serviço Social, e a construída durante o estágio, referentes às atividades realizadas com as famílias dos alunos com deficiência, com a equipe multiprofissional e com instituições sociais.

Resultados e Discussão

O fenômeno deficiência contém, em sua construção histórica, um conjunto de interpretações e de intervenções que, durante grande parte da história da humanidade, foi marcada por estranhamentos e formas de vivência que produziram muito sofrimento para esses seres (AMARAL, 1994; SILVA 1986).

A relação por fim estabelecida entre deficiência e educação também resultou de uma longa construção social sobre esta matéria no âmbito dos direitos humanos, os quais consagraram medidas de proteção para essa população. O esforço empreendido no campo da educação e em várias outras frentes, confrontava tanto a exclusão daqueles que não se ajustavam a um padrão idealmente concebido, como as consequências decorrentes da desigualdade social inerente à sociedade de classes, “fundamentando o debate em torno de suas necessidades e da responsabilização do Estado” (DINIZ, 2003, p. 102).

O conjunto de normativas produzido internacionalmente, com destaque para a Declaração de Salamanca de 1994, pelo seu teor paradigmático ao definir as escolas regulares como o meio mais propício para a educação dos alunos com deficiência, impulsiona medidas diversas no âmbito dos Estados nacionais, gerando, no caso brasileiro, um conjunto de legislações, ressaltando-se as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, de 2009, entre outras.

Em consonância com esses avanços, na área da educação a produção política e teoricamente vem avançando no que diz respeito à base conceitual e normativa na perspectiva inclusiva, avaliando processos e investindo em estratégias pedagógicas voltadas para contemplar a heterogeneidade, vista como um modo socialmente enriquecedor para todos.

Contudo, Rodrigues (2014) aponta que a implementação e o desenvolvimento da educação inclusiva veem se revelando desafiadores para manter uma “qualidade relativamente homogênea”, em face de esta exigir um sistema educacional no seu conjunto capacitado estrutural e pedagogicamente, com gestores e professores motivados e comprometidos, o que decerto não corresponde ao quadro geral do sistema público brasileiro. Na visão do autor, este carece de “melhorar as respostas políticas de forma a contribuir para criar as condições para que a inclusão deixe de ser discutida como uma eventual opção e passe a ser aceita como uma questão de direitos humanos” (Idem, p. 40).

As condições de trabalho, em grande parte, encontram-se também muito aquém do desafio proposto e atingem todos os profissionais envolvidos, entre eles o assistente social, cuja intervenção profissional com relação à inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar constitui um direcionamento recentemente perseguido.

O Serviço Social detém uma longa atuação na área educacional, sendo este um espaço impulsionador da profissionalização da categoria nas primeiras décadas do século passado, entretanto a partir dos anos 1990 a profissão assume uma postura questionadora quanto à função social da educação, compreendendo ser esta “marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação” (CFESS, 2011, p. 16), isso conforme a profissão se posicionava teórica e politicamente de forma crítica numa sociedade de classes, direcionando sua atuação para a defesa das garantias sociais da classe trabalhadora.

A implantação do Serviço Social nas redes básicas de ensino foi alcançada com o Projeto de Lei nº 3.688/2000, normativa considerada fundamental para a consolidação desse espaço socioocupacional, mobilizando o CFESS que, em conjunto com os Conselhos estaduais, cria grupo de trabalho para discutir a matéria, produzindo-se um debate crítico e estratégico sobre a atuação profissional, e em defesa da formação pública de qualidade, laica, presencial e universal, do financiamento condizente com os desafios propostos, bem como o repúdio a todas as formas de

preconceito e de repressão às lutas sociais empreendidas pela educação e a precarização que se alastra em todos os seus níveis, entre outros (CFESS, 2011).

Sob essa ótica, a atuação desse profissional na educação se expressa mediante o trabalho interdisciplinar, a produção de conhecimento crítico da realidade escolar e social, a articulação com as redes de sociabilidade com vistas a fortalecer as demandas sociais do alunado, com ou sem deficiência, especialmente quanto ao acesso aos serviços sociais, atuando e promovendo processos sócio-institucionais e sócio-culturais voltados para o reconhecimento e a ampliação dos direitos sociais.

Considerando mais especificamente a educação inclusiva, a intervenção qualificada do assistente social concorre para a socialização de informações cruciais para o aluno com deficiência, quer referente ao acesso e às necessidades sociais relacionadas ao ambiente escolar, quer ao contexto da vida social e familiar, podendo contribuir para defesa e a viabilização de direitos nas demais políticas sociais. Quer ainda “nas questões que envolvem decisões que se referem à gestão escolar na organização e na reorganização da cultura, do trabalho para e na mediação existente entre família/escola/comunidade/redes socioassistenciais” (SCHINEIDER e HERNANDORENA, 2012, p. 75).

Da forma que compreendemos, para o assistente social avançar no esforço de contribuir para a viabilização das condições de inclusão do aluno com deficiência, o desenvolvimento de estratégias interventiva e investigativa que deem conta de situar a família, seu entorno social e suas expectativas inclusivas são essenciais, pois a precarização afeta sobremaneira o processo de aprendizagem, nesse caso acumulando-se necessidades - deficiência e pobreza - que demandam por garantias sociais. O que requer do profissional articulação permanente e ampliada com entidades das diversas áreas de proteção e de controle social, devendo ainda observar as mudanças ocorridas no universo familiar, considerando as diferentes formas de organização e de gestão que apresentam na sociedade contemporânea.

Essa compreensão leva a se abordar a deficiência no seu sentido político, conforme concebido por Diniz, Barbosa; Santos (2010), que atenta para a opressão que incide sobre as pessoas com impedimento, ou seja, “como uma experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos [...] discriminadas e oprimidas pela cultura da normalidade” (p. 69), deixando-as em desvantagem, localizando assim na estrutura social as barreiras de toda ordem que restringem a participação desse público.

A atuação do assistente social concorre para a identificação e enfrentamento dessas barreiras (físicas, ambientais, sociais, culturais, etc.), tendo em vista as necessidades dos usuários, estando este apto a construir estratégias interventivas “pensadas a partir das necessidades e reivindicações dessas pessoas, e não a partir do que se entende como mais

adequado e limitado a recursos disponíveis e residuais” (CEFSS, 2017). O que também implica considerar a estrutura social classista da sociedade e, portanto, o contexto social, suas possibilidades e impedimentos.

Sob tais parâmetros, analisou-se o contexto educacional e a ação do assistente social no que se refere à inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal da capital paraibana. Assim, a estrutura física, gestora e funcional da unidade escolar sempre se ressentiram da adequação e da qualidade de suas instalações, embora tenha ampliado o quadro funcional e incorporado intervenções técnicas como a do Serviço Social, bem como adquirido um ambiente de recursos para atendimento ao público estudantil com deficiência.

Com relação à inclusão de pessoas e de crianças com deficiência na rede municipal de ensino de João Pessoa, esta prática já ocorre há mais de duas décadas, embora de forma precária, independentemente da inserção do Serviço Social na instituição, que se tornou realidade normativa em 2008, que dispõe sobre o Serviço Social Escolar nas escolas públicas do município. Em 2012, mediante concurso público, é convocada a primeira assistente social para atuar no Serviço Social Escolar da unidade de ensino ora sob análise, prática que logo foi substituída pela contratação precarizada deste e dos demais profissionais, como prestadores de serviço no município, violando assim determinações legais para o serviço público.

No que se refere ao atendimento ao alunado com deficiência e sua família, o assistente social reúne os pais para informar sobre os direitos e a necessidade de participação dos responsáveis na inclusão escolar, esclarecendo dúvidas ou desconhecimento por parte das famílias sobre as medidas que deverão ser tomadas para assegurar os direitos dos seus filhos, inclusive, encaminhando-os aos locais de referência.

Em decorrência dessa demanda, o assistente social mantém contato permanente com conselhos, unidades assistências e de saúde, organizações não governamentais, além de atividades externas como realização de visitas domiciliares e contatos com outras escolas, com o intuito de viabilizar ou ampliar a proteção devida aos alunos com deficiência.

As carências institucionais e sociais, que atingem o ambiente escolar e as famílias dos educandos, coloca o assistente social na mediação conflituosa entre gestão pública, gestão escolar, professores e responsáveis pelos educandos com deficiência, estando à escola distante de oferecer as condições necessárias para receber as crianças com deficiência (CFESS, 2014).

No que trata da particularidade aqui abordada, observamos que as demandas destinadas ao Serviço Social emergem de acordo com a entrada de alunos com deficiência, podendo sofrer alterações em dezembro e junho, quando ocorrem matrículas escolares e são levantados os laudos médicos ou declarações de instituições de referência que atendem esse público e o encaminha. Nesse caso, geralmente as famílias são orientadas a procurarem à unidade escolar já munida de toda documentação do aluno, incluindo o laudo médico.

A partir da matrícula realizada, o aluno receberá para além do atendimento destinado às demais crianças o acolhimento especializado na Sala de Recursos Multifuncionais, ambiente de referência destinado aos alunos com deficiência matriculados na escola, recebendo suporte, supervisão e orientação de uma psicopedagoga e dos demais profissionais que atuam na *Equipe de Especialistas*.

Nessa ocasião, a assistente social realiza o acompanhamento socioeducativo junto aos responsáveis para detectar suas inquietações e desconhecimentos, bem como definir as formas de orientá-los a respeito do atendimento desenvolvido na escola para estes alunos. Por ocasião deste estudo, existia 25 (vinte e cinco) alunos com laudos ou perícia médica, estando outros sob avaliação dos especialistas, em decorrência da observação dos professores no cotidiano das salas de aula. O atendimento nesse caso deve ser realizado individualmente com os especialistas e os responsáveis. Mas, em sua maioria, vem se priorizando reuniões com todos os responsáveis, sempre com data e hora marcada para que haja um controle nas atividades da escola. Isso não impede o atendimento espontâneo quando a família se dirige à escola para se informar.

O assistente social é o especialista que recebe a demanda relacionada à oferta de vagas para esse público. Isso porque muitas famílias não conseguem matricular seus filhos com deficiência na rede privada – sob a alegação de que a contratação de cuidadores eleva os custos financeiros da escola, orientando-os a procurar a rede pública municipal de ensino -, necessitando na maioria das vezes da mediação do Serviço Social com a Secretaria de Educação do município para viabilizar vagas e cuidadores.

Dada à constância com que tais solicitações são dirigidas à escola e ao Serviço Social, faz com que esta seja a principal demanda e com maior visibilidade no espaço escolar, refletindo também a enorme resistência do serviço educacional privado para cumprir determinações legais que afetem seus interesses mercadológicos.

O número insuficiente de cuidadores em relação à demanda decerto se constitui um dos problemas mais graves enfrentados por todas as unidades escolares do município, situação que obriga os cuidadores existentes a se desdobrarem para prestar os auxílios necessários, ocasionando mais explorações para esses trabalhadores.

Outra dificuldade preocupante é envolver os responsáveis nas atividades inclusivas. Das 24 (vinte e quatro) famílias com filhos com deficiência nos turnos manhã e tarde, apenas o equivalente a menos da metade, 11 (onze) delas, mantém contato frequente com a instituição, as demais apenas quando solicitadas pelo assistente social por meio de boletins informativos, *recados* enviados pelos alunos, frequentemente através de ligações telefônicas para que compareçam às reuniões ou justifiquem a ausência do aluno na instituição.

Por outro lado, os pais atuantes na vida escolar do aluno com deficiência contribuem com informações e sugestões e se empenham para que as atividades funcionem. Conforme inferimos dos relatórios, estes sempre destacam nas reuniões que o maior desafio para o processo de inclusão escolar decorre da

falta de vagas e de profissionais capacitados para esse fim, cobrando a necessária preparação de escolas para receber tal demanda.

Também se constatou um quadro de precarização generalizado, com a necessária inserção das famílias em benefícios assistenciais, destacando-se Auxílio Moradia, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC, enquanto se denota a ausência do Estado em áreas fundamentais de suas vidas, como moradia, saneamento básico, alimentação, saúde, etc., sofrendo continuamente a desproteção de suas necessidades reais, no limite sobrevivendo com os poucos recursos oriundos de benefícios assistenciais.

Esse processo traz impresso que a inclusão escolar possibilita ampliar o universo das pessoas com deficiência e proporciona formas de realização, concorrendo também para o reconhecimento de direitos e para o combate ao preconceito. Contudo só se efetiva se Estado e a sociedade atuarem firmemente para esse fim e não só no âmbito educacional, mas alargando as formas de inserção e de convivência social desse público.

Esse direcionamento político-social mais consequente decerto possibilita que a escola trabalhe para pensar criticamente a educação inclusiva, o que supõe questionar sua própria razão de ser: ideário, concepções, prática pedagógicas, pois sob tal entendimento o que se requer de todos é a conscientização de que as pessoas com deficiência demandam tratamento igualitário, e isso, na visão de Curioni (2003), implica valorizar “princípios éticos de reconhecer e respeitar o preceito de oportunidades iguais perante a diversidade humana, diversidade esta que exige peculiaridade de tratamentos, para não se transformar em desigualdade social” (p. 412).

Entretanto, o contexto de crise que precariza as políticas sociais - e a educação está entre as que vêm perdendo muitos recursos financeiros, além de estar sendo submetida a uma agenda ultraconservadora -, agudiza as dificuldades das unidades escolares e compromete as práticas profissionais. Para o Serviço Social, a atuação embora traga consequências positivas para as condições de vida da população usuária em questão, como a viabilização de acessos em diversas áreas sociais, tem-se a clareza que o contexto de desmonte de direitos é desafiador, afetando mais fortemente os extratos pauperizados, que representam a maioria do alunado, com deficiência ou não.

Com base no exposto, compreender a relevância do Serviço Social na educação inclusiva é pensar na necessidade de intervenções qualificadas que socializem e viabilizem os direitos dos alunos, entendendo que estas envolvem grandes desafios, para que se possa proporcionar uma educação de qualidade, promovendo-se inclusão e permanência na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a educação inclusiva do aluno com deficiência, objetivando analisar a contribuição do assistente social para o desenvolvimento do processo de aprendizagem desse público, particularizando a realidade de uma das escolas municipais da capital paraibana.

O estudo considerou instrumentos internacionais que deram forma aos marcos legais referentes à educação inclusiva, priorizando-se a mudança paradigmática formalizada no sistema nacional, bem como se apoiou nos referenciais ético-normativos que norteiam a prática do assistente social no âmbito da política educacional, com destaque para os parâmetros dedicados à educação inclusiva.

Demonstrou-se o comprometimento do acesso escolar, visto que até o presente momento barreiras existentes na unidade escolar não foram eliminadas, comprometendo a participação e a permanência dos alunos com deficiência. Em que pese à gravidade dessa situação, tal demanda não encontra acolhimento do poder público municipal, mesmo considerando que isso implique afetar severamente a própria Sala de Recursos Multifuncional (espaço de referência diferenciado de avaliação, identificação de necessidades e formulação de estratégias pedagógicas para o atendimento do aluno com eficiência), que sequer possui os suportes elementares como rampa e porta adaptada para os cadeirantes.

Elucidou-se que o assistente social faz uso de estratégias com o propósito de contribuir para a inserção e a permanência do aluno com deficiência no ambiente escolar, para o qual a articulação com os pais ou responsáveis se apresenta fundamental, tanto no que se refere às necessidades escolares, quanto às de ordem social ao se deparar com uma complexa situação de educandos com deficiência que também são eles próprios oriundos de lares precarizados, devendo responder com ações que viabilizem direitos sociais. Isso em um contexto social cada vez mais esvaziado dos seus instrumentos protetivos e democráticos, com a atenção estatal assumindo um padrão social minimalista, reduzindo a incumbência do Estado brasileiro para estabelecer meios de inclusão educacional, conforme compromisso assumido em fóruns internacionais.

Decorrente dessas constatações entende-se que no espaço analisado a inclusão escolar tem se expressado mais formalmente, com graves impactos na qualidade das práticas profissionais e nos propósitos inclusivos da prestação escolar pública, desafiando a compreensão crítica desse processo e o empenho coletivo para fazer valer os direitos dos educandos, entre os quais o avanço civilizatório do direito à inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. *Pensar a deficiência/ deficiência*. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

_____. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2009.

CFESS. Conselho Federal de Assistentes Sociais. *Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Brasília: CFESS-CRESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em 14 Abr. 2018.

_____. Assistentes sociais dizem não para os retrocessos aos direitos e às políticas sociais das pessoas com deficiência e da pessoa idosa. CFESS Manifesta, outubro de 2017.

CURIONI, R. T. *Pessoas Portadoras de Deficiência: inclusão social no aspecto educacional. Uma realidade?* In: ARAÚJO, L. A. D. (Org.). *Direito da pessoa portadora de deficiência: uma tarefa a ser completada*. Bauru: Edite, 2003.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense; 2007. 96 pp. (Col. *Primeiros Passos*, 324). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/30.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *SUR* • v. 6 • n. 11 • dez. 2009 • p. 65-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 14. Abr. 2018.

SILVA, O. M. *Epopeia Ignorada - A história da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje*. São Paulo: CEDAS 1986.

SHNEIDER, G.; HERNANDORENA, M. C (Org.). *Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades*. Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, O. M. *Epopeia Ignorada - A história da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje*. São Paulo: CEDAS 1986.